



DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME II: F-M

coleção PARLAMENTO

IMPRESA ANARCOSSINDICALISTA

Nas memórias manuscritas de Manuel Joaquim de Sousa, que viria a ser o primeiro secretário-geral da CGT, é relatada uma das primeiras greves gerais portuguesas – a greve dos tecelões do Porto, de 1903. Segundo o autor, a paralisação foi aparentemente espontânea. Contudo, falava-se de um comité secreto que dirigia o movimento, composto por anarquistas. O jovem sapateiro Manuel Joaquim de Sousa comprou na data o seu primeiro jornal acrata – *O Despertar*, que no decurso desta greve é editado pela primeira vez, desafiando os libertários a intervir nas lutas concretas dos trabalhadores.

Citando Malatesta, o periódico lembra que muito embora nas «associações de classe (...) se disputem, lugares, (...) há chefes e subordinados, se exerce a política (...), lá dentro estará escrito este lema: a emancipação dos trabalhadores será obra dos mesmos trabalhadores». Desta forma, a missão dos anarquistas é, «tomando na sua verdadeira aceção o lema», combater «todos os aspirantes que, movidos pelo seu interesse pessoal, queiram impedir por mais tempo a verdadeira revolução social» (*O Despertar*, 18 de janeiro de 1903, 3).

O Despertar de 1903 trazia assim, para o contexto nacional, o debate em curso em França, onde os libertários avaliavam a validade da nova corrente sindical como meio de intervenção revolucionária, depois de Pelloutier – acrata e dirigente da CGT francesa – exortar os anarquistas a «retomar impassíveis a tarefa sindical, obscura, mas fecunda» (VASCO, 1920, 35).

O destacado papel que os anarquistas conquistam desde então nas organizações de trabalhadores da Europa Meridional será determinante na conceção do sindicalismo revolucionário, que hegemonizará o movimento operário destes países no início do século XX. Com a falência desta doutrina, na decorrência da Guerra e da Revolução Russa, os sindicatos regressarão ao reformismo (como em França) ou evoluirão para o anarcossindicalismo (como em Portugal).

No entanto, no contexto nacional, entre a alvorada do século XX e a hegemonização ideológica da CGT por esta corrente a partir de 1922, o anarquismo operário constitui uma significativa corrente no seio do movimento sindical, nomeadamente no Norte do país. Na região do Porto, serão os libertários a conduzir as associações de classe para a tática sindicalista revolucionária, que começa a ser divulgada em Lisboa através do periódico *A Greve*, de 1908, em cuja redação se reuniam, anarquistas, mas também socialistas e sindicalistas puros.

Naquele mesmo ano, na capital do Norte, «para o desenvolvimento na mentalidade da classe operária no sentido revolucionário resolveu um grupo de camaradas fundar um centro, no qual se estabelecessem conferências, palestras (...) O centro biblioteca de estudos sociais iniciou uma série de conferências e publicou também um pequeno jornal de boa propaganda sindicalista, *O Libertador*» (*O Despertar*, 19 de dezembro de 1908, 1).

Este centro apela para que os acratas intervenham no «desenvolvimento corporativo» argumentando que embora as associações de classe tenham «ideias diferentes (...) dos militantes comunistas-anarquistas, (...) abandonaram a ação eleitoral e parlamentarista». O centro mostra ainda aos seus camaradas que «a greve geral é a

forma revolucionária que mais se aproxima das ideias anarquistas» (*O Libertador*, novembro de 1908, 3).

Entre 1908 e 1911, a imprensa operária conhece o seu primeiro período áureo do século XX. Surgem em média cerca de três dezenas de novas publicações por ano, destacando-se as de tendência sindicalista e as porta-vozes das associações de classe, que cada vez mais fazem a apologia desta doutrina. De facto, à revelia dos periódicos de influência anarquista ou socialista, emergem quase seis centenas de novas publicações independentes destinadas unicamente à defesa dos interesses das classes, ainda que muitos dos seus dinamizadores proviessem das hostes anarquistas.

Todavia, se entre os principais entusiastas do sindicalismo revolucionário estão muitos acratas, também houve aqueles que desconfiaram da eficácia da mesma para a construção da sociedade almejada. Hilário Marques e o grupo d'*A Sementeira* alertaram para os perigos de tanto entusiasmo com a organização sindical. Citando Bertoni, afirmavam que «nenhuma diferença entre sindicalistas revolucionários e sindicalistas reformistas» uma vez que «uns e outros reclamam somente reformas». Segundo estes, «a ideologia anarquista é necessária para mostrar que essas reformas são precárias e ilusórias» (*A Sementeira*, agosto de 1910, 6).

Os anarquistas irão progressivamente compreender a ameaça que a criação de uma doutrina sindical independente poderia representar para a divulgação das suas ideias entre os trabalhadores. Quando o primeiro entusiasmo esfriar, determinado pelo fluxo reivindicativo, muitos outros, mesmo entre os defensores de primeira linha do sindicalismo revolucionário, o irão combater no plano teórico.

No 1.º Congresso Anarquista da Região Portuguesa, em 1911, na discussão da tese *Sindicalismo e Anarquismo*, era já sublinhado que é necessário «não confundir o sindicalismo, mesmo o revolucionário, com o anarquismo», porque «rigorosamente, não são a mesma coisa. Os fins de uma doutrina divergem dos fins da outra, (...) o sindicalismo revolucionário, não contém em si outra idealidade além de, no futuro, estabelecer a reciprocidade na troca da produção e do consumo, pelo que vai desde já preparando os espíritos nos sindicatos» (*A Aurora*, 17 de dezembro de 1912, 3).

A 13 de fevereiro de 1913, inicia a sua publicação o semanário anarquista *Terra Livre*. Neste jornal Emílio Costa afirmou que o Sindicalismo não constitui uma doutrina finalista nem tem uma base de organização social que baste para a instituição da sociedade futura. Manuel Ribeiro e Carlos Rates respondem no órgão *Sindicalista*, em defesa da interpretação de Georges Sorel. A polémica agudiza-se em toda a imprensa anarquista e sindicalista. Os anarcossindicalistas de *A Aurora*, todavia não tomam uma posição definitiva, uma vez que não se identificam com nenhuma das partes.

De facto, se o anarcossindicalismo se distinguiu do sindicalismo revolucionário, também não se podia confundir com as restantes correntes no seio do próprio anarquismo. Será a Grande Guerra e, posteriormente, a Revolução Russa, a potenciar a clara distinção de orientações ideológicas entre esta amálgama de ativistas que lideraram o movimento operário português e que dinamizaram dezenas de publicações periódicas em defesa da sua emancipação social. O apoio à intervenção aliada de alguns intelectuais anarquistas, por um lado, e a adesão da CGT francesa à propaganda belicista, por outro, terão sido determinantes na separação das águas e na emersão do anarcossindicalismo como doutrina autónoma que a prazo hegemonizará a imprensa operária.

Emílio Costa, no seu jornal, *O Germinal*, levou a cabo uma polémica com aqueles anarquistas que, seguindo a posição de Malatesta, responsável pelo «Manifesto contra a guerra», mantinham intransigentemente a sua posição antiguerrista (*Germinal*, 1 de janeiro de 1915, 1). Todavia, se alguns intelectuais sentiam que a sua liberdade poderia ser ameaçada pelo retrocesso que significaria a vitória dos impérios centrais, os libertários no meio operário não tinham razões para pensar que o despotismo alemão seria pior que o de Afonso Costa.

Face à famosa carta de Kropotkine (justificadora do intervencionismo), interrogam-se os redatores de *A Aurora*: «que sucedeu nos últimos dois anos que possa justificar tal mudança de opinião?» E criticavam o facto de os anarquistas se dignarem «a discutir a embrulhada da política internacional e a comparar os governos uns com os outros, para tentar provar que um governo, ou uma forma de despotismo, deve ser preferido a outro». O anarquismo operário sublinha o carácter classista desta divergência de orientação, criticando o facto de Kropotkine não se preocupar com a «situação dos trabalhadores nesta emergência ou depois dela», de não fazer «efetivamente referência alguma aos trabalhadores» (*A Aurora*, 3 de janeiro de 1915, 1).

De facto, a origem de classe e o envolvimento destes libertários no movimento sindical terão determinado que *A Aurora*, órgão privilegiado do anarcossindicalismo durante a guerra, fosse dos mais aguerridos combatentes do intervencionismo, ainda que fossem secundados por outros grupos, como *A Sementeira*, e apoiados igualmente por alguns intelectuais, entre os quais se destaca Neno Vasco.

Depois de se distinguirem dos periódicos anarquistas intervencionistas durante a guerra, os órgãos dos anarcossindicalistas irão desempenhar um papel fundamental no combate teórico aos novos postulados leninistas, que após a Revolução Bolchevique inundam toda a imprensa operária, ainda que de truncados e mal compreendidos. De facto, nos primeiros anos, mesmo os jornais anarcossindicalistas refletem uma profunda esperança na Revolução. *A Sementeira*, em 1918 afirmava que «depois de Lénine, Trotsky e seus amigos» deixarem de se intitular «governo, mas *soviet* dos comissários do povo» o próprio Lisitchine (anarquista russo) defendia que a imprensa burguesa não se enganava ao falar da ««anarquia» russa» (*A Sementeira*, janeiro de 1918, p. 1-2). *A Aurora* publicava Trotsky e Lenine, elogiando largamente o movimento.

No entanto, com o desenrolar do processo revolucionário russo, os libertários foram-se distanciando do modelo soviético, obrigando os anarcossindicalistas portugueses a tomar uma posição. Manuel Ribeiro, em novembro de 1918, revela que a Revolução Russa merecia já a crítica de alguns anarquistas. Mas, segundo o autor, eram os intervencionistas que viam com «desfavor e má-vontade (...) a revolução maximalista» devido «sobretudo à paz separada que os bolcheviques negociaram – para salvar o seu país» (*A Greve*, 10 de novembro de 1918, 1).

De facto, se as outras correntes do anarquismo podiam combater abertamente o novo regime revolucionário, os anarcossindicalistas, desde 1917 em clara maioria na direção da central sindical, tinham de ser mais cautelosos, reconhecendo que a vitória bolchevique era um dos principais catalisadores da luta reivindicativa. *A Batalha*, órgão da União Operária Nacional e depois da Confederação Geral do Trabalho, dirigida por Manuel Joaquim de Sousa, mantinha uma posição dúbia.

Todavia, se os anarcossindicalistas não tomam uma posição através do órgão sindical que de facto dirigem, irão reforçar a sua propaganda marginal, transformando *A Aurora* num jornal diário. *A Comuna* nasce da necessidade de «lançar as bases de organização da sociedade futura. E essa obra de reconstrução e organização só aos anarquistas e sindicalistas pertence». *A Comuna* «demonstrará que só as realizações comunistas anarquistas são a consequência lógica da forma de organização do proletariado», «extremará campos, definirá atitude, desmascarará todos os manejos políticos, venham de onde vierem» (*Aurora Social*, maio de 1920, 4-5).

Muito antes de a CGT tomar uma posição oficial, o libelo do seu secretário-geral (*A Comuna* era dirigida por Manuel Joaquim de Sousa) publica a carta de Malatesta, que define o caminho dos anarcossindicalistas, ao distanciar-se da propaganda contrarrevolucionária mas também dos postulados leninistas, nomeadamente no que respeita à necessidade da ditadura do proletariado (*A Comuna*, 30 de maio de 1920, 4).

Só com a constituição da Internacional Comunista e das suas 21 Condições é que a redação d'*A Batalha* toma finalmente uma posição definitiva. Numa série de editoriais sob o título *O Caminho a Seguir*, reafirma o repúdio libertário por toda e qualquer espécie de ditadura, exercida pela «burguesia ou proletariado» (*A Batalha*, 22 de dezembro de 1920, 2). Nessa data, *A Batalha* publica ainda a obra de Neno Vasco – *Conceção anarquista do Sindicalismo* – que define já, com uma clareza invulgar, os postulados teóricos deste novo «caminho a seguir».

Perante o extremar dos campos, os periódicos que procuram apenas defender os interesses de classe, independentemente de partidos, ideologias ou crenças religiosas, desaparecem progressivamente. Desde então, a imprensa operária é hegemonizada teoricamente pelo anarcossindicalismo, e apenas posta em causa pelos partidários do bolchevismo, que até aos anos 1930 são minoritários na organização sindical e no movimento operário em geral.

Em jeito de conclusão, é de sublinhar o papel da imprensa anarcossindicalista como meio de difusão dos principais debates que marcaram o movimento operário internacional no primeiro quartel do século XX. Os dirigentes do movimento operário trocavam entre si correspondência assídua, que incluía muitas vezes artigos doutrinários destinados à publicação além-fronteiras. Os mesmos autores explanavam as suas ideias em jornais e revistas de diferentes nacionalidades. É assim que o propagandista português, Emílio Costa, após ter participado em *Les Temps Nouveaux* e assistido à própria conceptualização do sindicalismo revolucionário francês, irá enunciar na imprensa portuguesa os novos axiomas.

É também de destacar a sua relevância como meio de potenciação da solidariedade internacional, de agitação e de propaganda das lutas operárias. Quando Francisco Ferrer, acusado de liderar o grande movimento grevista de 1909, foi capturado e condenado à morte pelas autoridades espanholas, apelos à sua libertação inundaram toda a imprensa operária do mundo ocidental. Os trabalhadores tiveram então contacto com os princípios da escola moderna, mas também com a ideia de greve geral revolucionária que os catalães tentaram pôr em prática na «Semana Trágica». As notícias destas greves, como a da Catalunha em 1909 ou a de Parma de 1908, pelo impacto que tiveram na sociedade refletindo a força do operariado organizado, foram a forma mais eficaz, não de difusão mas de apreensão da relevância do postulado da ação direta.

Em suma, a imprensa doutrinária dos anarquistas, contemporânea de um período histórico excecional, em que a revolução política, a guerra generalizada, a Revolução Russa e a ascensão do fascismo marcaram os dirigentes operários portugueses, desempenhou um papel fundamental na conceptualização de uma doutrina autónoma – o anarcossindicalismo – que veio a hegemonizar o movimento sindical nacional e consequentemente a imprensa operária portuguesa nos últimos anos do sindicalismo livre. Entre a alvorada do século XX e o pós-Guerra, potenciou-se uma excecionalmente rápida e eficaz divulgação destes postulados, bem como uma generalizada aceitação dos mesmos entre os trabalhadores.

Bibliografia: PEREIRA, Joana Dias, *Sindicalismo revolucionário – A história de uma ideia*, Dissertação de mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, julho de 2008 (policopiado); PEREIRA, Joana Dias, O sindicalismo revolucionário em Portugal no primeiro quartel do século XX, in *Estudos do século XX*, 9, 2009; FREIRE, João, *Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Afrontamento, 1992.

[Joana Dias Pereira]

IMPrensa Desportiva

O clima de desânimo à volta do desporto português, que caracterizara a primeira década do século XX, mantinha-se em 1910, com a imprensa desportiva a questionar-se muitas vezes se realmente «há *sport* em Portugal», como fez o jornal *Sport Nacional* no editorial de 7 de setembro de 1910. E a resposta foi simples: «Não! Em Portugal não se faz *sport*.» O desporto vivia num ambiente de vaidades e intrigas, que reforçava os argumentos dos defensores duma mudança de mentalidades e do surgimento de um «Novo Portugal», como fez o *Sport Nacional* no editorial de 12 de outubro de 1910. Nesse editorial, publicado dias depois da instauração da República, esta era vista como a chegada de uma «Nova Era», substituindo «um governo inepto e cheio de medos».

Os três periódicos desportivos generalistas – *Sport Nacional* (Lisboa, 1910), *Os Sports Ilustrados* (Lisboa, 1910-1913) e *Tiro e Sport* (Lisboa, 1904-1913) –, em atividade em outubro de 1910, congratularam-se com a mudança de regime político, com o *Sport Nacional* a apresentar os republicanos como «valentes» e «verdadeiros descendentes duma raça de heróis que em todas as épocas, em todas as partes do mundo, em todas as conjunturas, têm sabido elevar o nome de Portugal!» Além do seu papel doutrinário, *Os Sports Ilustrados* destacou-se também pela organização de eventos desportivos, promovendo entre 1910 e 1913 uma série de iniciativas, com destaque para os Jogos Olímpicos Nacionais e a Grande Parada Ciclista, organizada em finais de 1910 em honra do governo provisório da República, reunindo em Lisboa mais de 1200 ciclistas.

Em termos de imprensa desportiva especializada, a segunda metade da década de 1900 manteve a tendência dos anos e décadas anteriores: para além da tauromaquia,